

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Sara Sathler de Moura

**A IDEOLOGIA NO CAMPO MARXISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO CONCEITO NAS OBRAS DE
GRAMSCI E LUKÁCS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).

Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes

**Juiz de Fora
2023**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **SARA SATHLER DE MOURA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201873054A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A IDEOLOGIA NO CAMPO MARXISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO CONCEITO NAS OBRAS DE GRAMSCI E LUKÁCS**, desenvolvido durante o período MARÇO DE 2023 A JUNHO DE 2023, sob a orientação de DMITRI CERBONCINI FERNANDES, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Sara Sathler de Moura

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A IDEOLOGIA NO CAMPO MARXISTA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO CONCEITO NAS OBRAS DE GRAMSCI E LUKÁCS

Sara Sathler de Moura¹

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade realizar uma análise acerca do conceito de ideologia na teoria marxista, especialmente em torno das teorias dos filósofos e ativistas marxistas Antonio Gramsci e György Lukács. A ideologia, enquanto conceito emergente das ciências sociais, esteve presente nas discussões teóricas sociais do século XIX e do século XX e está, ainda, de forma assídua, nos debates atuais da sociedade pós-moderna, o que torna imprescindível o estudo científico acerca dos moldes e características nos quais o conceito é incluído. Nesse sentido, outro objetivo é o de corporificar uma comparação entre as obras dos dois autores, de modo a apontar possíveis aproximações e divergências entre ambos. A metodologia utilizada neste trabalho circunscreve-se à revisão bibliográfica. Diante dessa questão, é esperado que seja possível elaborar um paralelo, sob a ótica marxista, entre os significados de ideologia segundo cada autor, de forma a pontuar os aspectos sociais e históricos que abrangem o surgimento e evolução do termo.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo. Ideologia. Gramsci. Lukács.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é o de analisar a construção histórica do conceito de ideologia no campo das humanidades, especialmente das ciências sociais, por meio das obras de Antonio Gramsci (1891-1937) e György Lukács (1885-1971). Ambos os autores eram filósofos, teóricos e ativistas políticos marxistas e nasceram ao final do século XIX, no contexto europeu. Gramsci e Lukács filiaram-se aos partidos comunistas dos países onde nasceram, respectivamente, Itália e Hungria, e produziram extensas obras literárias ao longo de suas vidas (BOITEMPO, 2022).

O escopo deste artigo concerne em uma comparação teórica entre as obras de Gramsci e Lukács, no sentido de analisar as características históricas, tanto contextuais quanto conceituais, que circunscrevem o termo ideologia em uma perspectiva marxista. Além disso, outra finalidade é a de expor tanto as aproximações quanto as divergências teóricas relativas aos pensamentos dos intelectuais citados, para posteriormente elaborar as considerações finais a respeito da reflexão aqui proposta.

No campo das ciências sociais, a expansão conceitual de um termo, como algo que pode significar uma grande extensão de fenômenos, pode provocar o aniquilamento do conceito. Nesse sentido, faz-se necessário estabelecer parâmetros teóricos que permitam a análise pautada na historicização do termo, para que seja possível delimitar, neste caso, a noção de ideologia na perspectiva sociológica.

A metodologia utilizada no presente estudo foi a da revisão bibliográfica, por meio da coleta de informações em obras dos autores referidos, bem como em artigos publicados na plataforma Scielo e em bibliotecas digitais de publicações de teses e dissertações científicas.

Nesse sentido, o artigo será dividido em seções, sendo a primeira a introdução aqui exposta, e a segunda a contextualização histórica da ideologia, atrelada às concepções de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). A terceira será uma exposição teórica a respeito da teoria de Gramsci acerca da ideologia e, por conseguinte, a quarta seção concernirá a uma descrição da teoria de Lukács a respeito do termo estudado. A quinta, por sua vez, refere-se a uma comparação entre ambas as teorias, cujo objetivo será discorrer acerca de possíveis aproximações e divergências relacionadas aos dois pensamentos. Por fim, a sexta e última seção diz respeito às considerações finais em relação à revisão bibliográfica exposta no presente estudo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA IDEOLOGIA

O termo ideologia tem origem no grego antigo, e sua etimologia diz respeito à junção de duas palavras, “*idea*” e “*logos*” (IDEA; LOGOS, 2022). A primeira, “*idea*”, significa aspecto, “doação de ser e realizar-se no mundo”.

¹ Graduada em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: sarasathler@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes.

Já a segunda, “logos”, significa uma “linguagem ontológica da vida, no mais elevado grau de sua explosão na histórica humana” (LEÃO, 1991 apud IDEA; LOGOS, 2022). Segundo Castro (2022), é possível enxergar a ideologia para além da visão de mundo somente a partir da lente concedida pela *poiesis*, isto é, pela poética.

Na pós-modernidade, houve uma mudança paradigmática no que diz respeito à noção de ideologia. Segundo Terry Eagleton (1997, p. 12), “[...] o pensamento pós-modernista, por sua vez, tende a encarar toda ideologia como teleológica, ‘totalitária’ e fundamentada em argumentos metafísicos”. Pode-se compreender que a expansão conceitual do termo acarretou certa relativização teórica acerca da definição de ideologia, fato que impôs obstáculos no tocante à investigação acadêmica do conceito. A partir disso, são revelados alguns problemas epistemológicos que culminam na invalidação do conceito, haja vista a noção equivocada de que a ideologia estaria presente em qualquer atividade humana (EAGLETON, 1997). “A palavra ideologia é, por assim dizer, um texto [grifo do autor], tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por diferentes histórias (...). (EAGLETON, 1997, p. 15)”.

O marxismo possui um papel importante na contribuição teórica em torno da formação do conceito de ideologia. Esse pensamento sociológico é marcado por duas vertentes de tradição, a epistemológica e a sociológica. A primeira se preocupa com as noções de falsa e verdadeira cognição na ideologia, já a segunda se preocupa com a função dessas ideias na vida social (EAGLETON, 1997).

“Marx e Engels empenharam-se para mostrar que a ideologia só pode emergir da divisão do trabalho e da cisão de classes, fundando, assim, o tipo de abordagem negativa de ideologia ou crítica da ideologia, que nos faz compreender o fenômeno ideológico como sendo um compêndio de ideias (resultado do trabalho intelectual, em oposição ao trabalho físico) utilizado para servir às relações de dominação presentes nas sociedades capitalistas (PEIXOTO; ALENCAR; FERREIRA, 2018, p. 2).”

Diante da exposição, é possível apreender um pouco da complexidade teórica na qual o termo ideologia está submetido, uma vez que encontra percalços tanto na visão marxista ortodoxa, quanto na visão pós-moderna acerca do conceito, bem como encontra dificuldades no estabelecimento de um limite conceitual do termo. Para Eagleton (1997, p. 22), “A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o que, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento.” A ideologia estaria ligada ao fim para que é utilizada, que, por sua vez, se daria na ordem do social, dotada de interesses em uma luta de poder. Na respectiva concepção, a ideologia seria um conjunto de ideias orientado para a ação.

“o que as vezes se percebe como ideológico em uma forma de consciência não é o modo como ela ocorre, ou se é verdadeira ou não, mas o fato de ser funcional para legitimar uma ordem social injusta. Desse ponto de vista, não é a *origem* [grifo do autor] das ideias que as faz ideológicas. Nem todas as ideias que se originam na classe dominante são necessariamente ideológicas; inversamente, uma classe dominante pode apoderar-se de ideias que germinaram em outro lugar e utilizá-las para seus propósitos (EAGLETON, 1997, p. 50).”

Nessa perspectiva, a concepção ideológica não se alinha, necessariamente, a um discurso dominante, mas sim encontra fundamentação no jogo de poder embutido na vida política da sociedade moderna, nos mais diversos pontos do espectro de visão de mundo orientada a uma finalidade. Eagleton (1997) postula que a ideologia, enquanto forma legitimadora de um poder dominante se põe, por meio de seus porta-vozes, como universal e eterna. Tal passagem traduz a ideia de que uma ideologia legitimada de determinados época e lugar é transpassada para outro contexto social, de forma a ser projetada como naturalmente intrínseca à humanidade. O autor ressalta que tanto a universalização quanto a naturalização constituem uma tentativa da ideologia de esvaziar o contexto histórico no qual determinada crença está sujeita, de modo a negar que tais concepções pertençam a um grupo, lugar e época específicos (EAGLETON, 1997).

Essa noção de ideologia enquanto uma forma natural e inalterável diz respeito ao que os Karl Marx e Friedrich Engels nomeiam como *reificação* [grifo do autor] da vida social (EAGLETON, 1997). Esse processo é contemplado pela ideia marxista de fetichismo da mercadoria, que diz respeito a uma forma de ocultação das relações sociais no processo de produção (ENGELS e MARX, 2019/1867). A reificação, portanto, seria a forma de existência, inumana, de produção no sistema capitalista (LUKÁCS, 2003).

Segundo Marx e Engels (2019/1867), tal fenômeno acarreta consequências de tipo ideológico, tendo em vista a omissão dos mecanismos reais da sociedade presente na forma fetichista. Ao ocultar essas relações humanas no processo de produção, o trabalho passa a ser compreendido como uma coisa, mecanizada,

quantificável e isenta de humanidade. A automatização das relações humanas pode ser compreendida como uma consequência ideológica do fenômeno de reificação estudado pelos autores, e que se trata de um processo ínsito à estrutura econômica do capitalismo (EAGLETON, 1997; ENGELS e MARX, 2019/1867).

Ao abordar o fenômeno da reificação na sociedade capitalista, Marx e Engels (2019/1867, p. 94) expõem:

“A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhadores individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho.”

Segundo Eagleton (1997), ocorreu uma inversão no campo dos estudos acerca das ideias e seus impactos sobre a sociedade. Se antes era realizada uma análise acerca das ideias, em uma perspectiva tida como imparcial, agora é realizada uma exposição das ideias. Assim, “um ideólogo, era, a princípio, um filósofo empenhado em esclarecer a base material de nosso pensamento (EAGLETON, 1997, p. 65).”

O conceito de ideologia surgiu no contexto iluminista, permeado pelo intenso desejo de racionalização das leis do universo, fossem elas físicas ou metafísicas. Assim, o termo nasceu em um período pós-Antigo Regime, em contraponto ao obscurantismo da época, antecedente ao movimento iluminista. No final do século XVII e início do século XVIII, a Europa passou por grandes mudanças civilizatórias. Com o fim do absolutismo monárquico na Europa, o contexto político e social foi tomado por uma noção de progresso e racionalismo, instaurada pelos iluministas da época (RICOEUR, 2011). Desde o final do século XVIII, o mundo ocidental foi contemplado por uma onda revolucionária que atingiu os alicerces políticos e ideológicos das monarquias até então existentes (SLEMIAN, 2010).

O criador do termo ideologia foi o aristocrata Destutt de Tracy, que desertou de sua própria classe para lutar durante a Revolução Francesa. Enquanto esteve preso, na época do Terror, esboçou o conceito do que viria a ser a ideologia com base em uma concepção racional e contrária à barbárie constituída no contexto francês no final do século XVIII. Logo, fica evidente que o surgimento do conceito se deu em uma situação antagônica ao que estava acontecendo na sociedade e na política da época, tomando forma de contraponto revolucionário à irracionalidade do Terror. Essa exposição exemplifica o que Gramsci irá conceber como transição do intelectual “tradicional” para o intelectual “orgânico”, haja vista o importante papel de De Tracy para a práxis política de sua época (EAGLETON, 1997).

No campo do pensamento marxista, o termo passou por mudanças teóricas significativas. Enquanto “[...] em *A ideologia alemã* era uma questão de não enxergar as coisas como realmente eram, em *O capital* é uma questão de a própria realidade ser dupla e enganadora (EAGLETON, 1997, p. 84).” Nesse sentido, a concepção de falsidade ideológica sofre uma mudança conceitual significativa, pois agora passa a estar atrelada à realidade social, não mais à visão de mundo da classe proletária sobre essa mesma realidade. Na primeira obra citada, de Marx e Engels, a concepção de ideologia era redutível à falsa consciência - noção superada na segunda obra -, haja vista a compreensão adquirida posteriormente pelos intelectuais de que as ideias falsas teriam origem nos “efeitos estruturais do próprio capitalismo” (EAGLETON, 1997, p. 84).

Na modernidade, ao fim do século XIX e início do século XX, o sistema capitalista passa por uma grande crise, que coloca em xeque a sua racionalidade (EAGLETON, 1997). A noção de ideologia é tida, na época, como uma questão de interesses, que assinalavam uma práxis política. Já na pós-modernidade, cujo início se deu ao final do século XX e em razão dos grandes avanços tecnológicos e dos efeitos da globalização, a noção de ideologia foi transpassada para um campo de relativização teórica. A concepção de que toda linguagem seria retórica e a tentativa de homogeneização de espécies muito diferentes de discurso faz parte da prerrogativa pós-moderna, cujo efeito final é o esvaziamento de sentidos devido ao caráter relativista desse contexto (EAGLETON, 1997).

2.1 O MARXISMO ORTODOXO E A IDEOLOGIA

Marx (2010/1927, p. 152), na obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, assinalou que “[...] não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento”. Nesse momento, o autor expõe as condições necessárias para que seja possível unir teoria e prática por meio da conscientização (LUKÁCS, 2003/1923). A realidade deve apontar para o pensamento, no sentido de este último estar livre de falsificações e distorções ideológicas, que poderiam colocar em xeque o exercício pleno da consciência crítica sobre a realidade. O autor revela que a falsidade e a ilusão, ambas presentes na situação real

na qual se estrutura a consciência de classe, não são arbitrárias, mas sim expressões da própria estrutura econômica e objetiva do capital (LUKÁCS, 2003/1923).

Marx e Engels tinham como premissa, na obra *A ideologia alemã* (2007/1932), a ideia de que, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, foi concretizada a necessidade de legitimar e manter a exploração do trabalho e as condições socioeconômicas do proletariado por meio dos aparatos ideológicos do Estado (ENGELS e MARX, 2007/1932). Diante do surgimento de tal necessidade, é possível entrever a presença daquilo que Gramsci irá definir como hegemonia, que por sua vez é resultante de uma dinâmica de forças históricas presentes em um determinado contexto social. Gramsci (2017/1937) elenca as instituições da igreja, da família e da escola como os principais aparatos ideológicos da burguesia. Eles seriam instrumentos políticos, cuja finalidade é a manutenção da força hegemônica no sistema capitalista.

Lukács (2003/1923) define o marxismo ortodoxo como o método de investigação das relações sociais na sociedade capitalista. Tal método diz respeito à dialética materialista, que busca unir teoria e prática, na tentativa de estabelecer uma relação entre sujeito e objeto que possibilite o desenvolvimento de uma essência prática da teoria (LUKÁCS, 2003/1923). A finalidade do método dialético é a de desmascarar a ilusão produzida pela apercepção dos fenômenos sociais, consequência direta do processo de reificação. Dessa forma, seria possível lançar luz sobre a ideologia burguesa como instrumento de manutenção da exploração capitalista sobre o proletariado (LUKÁCS, 2003/1923).

Lukács (2003/1923, p. 71), ao dizer que o capitalismo produz uma estrutura social automatizada, concebe o método dialético como necessário “para não sucumbirmos à ilusão social assim produzida e podermos entrever a essência por trás dessa ilusão”. De acordo com Lukács (2003/1923), a ausência de percepção sobre os fenômenos sociais seria consequência direta da ação do aparato ideológico da burguesia, imbricado no fetichismo da forma econômica.

Eagleton (1997) aponta que a visão de que a consciência de classe se constituiria naturalmente a partir da realidade socioeconômica do proletariado, tal qual era concebida pelo marxismo ortodoxo, foi superada pelas ideias propagadas pela corrente de pensamento pós-marxista:

“Esse é o cerne de verdade do argumento pós-marxista: os ‘significantes’, ou os meios de representação política e ideológica, são sempre ativos no que diz respeito ao que significam. É nesse sentido que os interesses políticos-ideológicos não são apenas a expressão obediente, espontânea de condições socioeconômicas ‘dadas’. O que é representado nunca é uma realidade ‘bruta’, mas será moldado pela prática da própria representação. Assim, os discursos políticos e ideológicos produzem seus próprios significados, conceptualizam a situação de maneiras específicas (EAGLETON, 1997, p. 183).”

É possível perceber uma notória progressão teórica no marxismo, tendo em vista a compreensão pós-marxista de que a consciência de classe não é resultado natural da situação socioeconômica a qual uma classe está sujeita na sociedade capitalista. Esse processo é contemplado por uma série de aspectos subjetivos, discursivos e ideológicos. Nesse momento, a ideologia revela uma de suas principais funções sob a ótica da teoria marxista, que é a de permear o processo de consciência de classe, juntamente com o fenômeno da reificação. A ideologia é concebida tanto como um instrumento de manutenção da exploração capitalista sobre o proletariado, quanto como um instrumento de manutenção da consciência reificada.

3. IDEOLOGIA: UMA VISÃO GRAMSCIANA

3.1 A HEGEMONIA COMO CONCEITO CIRCUNSCRITO À IDEOLOGIA

A categoria-chave das concepções teóricas de Antonio Gramsci é a hegemonia, tida como um conceito mais amplo do que a ideologia (EAGLETON, 1997). Para o autor, o termo hegemonia seria “a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio (EAGLETON, 1997, p. 105).” Entende-se, assim, que a categoria hegemônica possui grande relevância literária na obra de Gramsci, já que esse conceito traduz o fenômeno social que enlaça o poder político ao seu grau de legitimidade perante a população (GRAMSCI, 2017/1937). O termo hegemonia é de suma importância para uma efetiva compreensão teórica da ideologia para o filósofo.

Gramsci localizava a hegemonia apenas na “sociedade civil”, nas instituições intermediárias entre Estado e economia. No capitalismo, tal qual é evidenciado pelo processo de reificação, o poder político é tido como relativamente autônomo diante da economia e da sociedade, como se não estivessem essencialmente entrelaçadas (EAGLETON, 1997). O processo hegemônico diz respeito ao poder na sociedade capitalista, cujo objetivo é a manutenção das estruturas sistêmicas, e que será legitimado através dos discursos ideológicos veiculados pelas instituições fundamentais (GRAMSCI, 2017/1937). Segundo Peixoto et al. (2018, p. 15), “a categoria da ideologia indica as formas simbólicas de força hegemônica, que se prestam à reprodução da ordem social e que favorecem determinados segmentos privilegiados na sociedade.”

A compreensão do Estado, para o autor, estaria atrelada à consciência de classe, cuja intenção poderia ser de defendê-lo ou de derrubá-lo (GRAMSCI, 2017/1937). “Por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil (GRAMSCI, 2017/1937, p. 273). Segundo a visão gramsciana, o Estado é concebido como estrutura política atuante em prol da burguesia, em um contexto capitalista. Ao relacionar a consciência de classe à intenção implícita quanto ao destino do Estado, seja de manutenção ou de aniquilamento, o filósofo vincula as consciências burguesa e proletária às suas respectivas visões ideológicas quanto ao papel do Estado na sociedade capitalista.

A hegemonia pode ser decomposta em aspectos culturais, políticos, ideológicos e econômicos. Alguns exemplos de dispositivos hegemônicos, para Gramsci, seriam a família, a igreja metodista, as escolas e as estações de televisão privadas. Estas seriam as responsáveis pela implicação do consentimento dos indivíduos ao poder dominante, enquanto o Estado seria o responsável pelo exercício da coerção (EAGLETON, 1997).

“Se o conceito de hegemonia expande e enriquece a noção de ideologia, também empresta a esse termo, em outras circunstâncias um tanto abstrato, um corpo material e um gume político. É com Gramsci que se efetua a transição crucial de ideologia como “sistema de ideias” para ideologia como prática social vivida, habitual - que, então, deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais (EAGLETON, 1997, p. 107)”

Diante da exposição, é possível compreender que o conceito de hegemonia dá contorno à noção de ideologia ao relacioná-la à prática social e política, que está na vivência daquele sujeito que a exerce. A hegemonia, portanto, diz respeito à difusão da própria ideologia daquele que executa o domínio político, moral e intelectual na sociedade civil (GRAMSCI, 2017/1937).

3.2 A IDEOLOGIA

Segundo Gramsci (1978), a ideologia seria a categoria máxima de concepção de mundo, que se manifestaria implicitamente nas mais variadas instâncias da vida humana, individuais e coletivas. O autor rejeita a ideia negativa de ideologia e a divide em duas possibilidades. A primeira seria a ideologia historicamente orgânica - necessária para a estrutura social - e a segunda a ideologia no sentido de especulações arbitrárias. O autor defende que ambas possuem um caráter ativo na organização social, semelhante à “forma”, enquanto as forças materiais seriam equivalentes ao “conteúdo” (EAGLETON, 1997).

De acordo com Gramsci, a ideologia teria a função de estruturar o bloco social e político a partir da unificação, organização e inspiração, essencialmente ligada à prática, em contraposição ao paradigma abstrato da ideologia (EAGLETON, 1997). Ou seja, a sua finalidade seria dar forma à materialidade da prática social, concedendo corpo aos fins políticos aos quais ela própria está submetida.

“Como Lukács e Goldmann, Gramsci é um marxista historicista que acredita que a verdade é historicamente variável, relativa à consciência da classe social mais progressista de uma época particular. Objetividade, escreve ele, sempre significa ‘humanamente objetivo’, o que por sua vez, pode ser decodificado como ‘historicamente ou universalmente subjetivo’. As ideias são verdadeiras na medida em que servem para dar coesão e promover as formas de consciência que estão afinadas com as tendências mais significativas de uma era (EAGLETON, 1997, p. 112).”

A cultura seria um combinado de mecanismos coercitivos e consensuais para sustentar a relação de exploração e opressão atribuídas pela classe dominante à classe operária. Essa função seria realizada pelas instituições hegemônicas, a fim de garantir a ordem social (EAGLETON, 1997). Ao utilizar a régua da história como

critério da verdade, o autor confere à historicidade uma função importante. A veracidade de uma determinada ideia estaria atrelada ao fim a que está submetida, de dar coesão às formas de consciência, que deveriam estar alinhadas com as tendências mais relevantes de uma época. De acordo com Gramsci (1978, p. 28), a ideologia está atrelada a uma “[...] crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” em uma sociedade, isto é, ela serve como uma bússola, no sentido de apontar as categorias racionais e históricas em um determinado discurso político.

Gramsci utiliza o exemplo do Príncipe, de Maquiavel, para aludir a uma:

“[...] ideologia política que se apresenta não como uma fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva (GRAMSCI, 2017/1937, p. 12).”

Nessa perspectiva, é possível identificar, na passagem acima, o modo pelo qual a ideologia política exerce o poder de dominação na sociedade que Maquiavel descreve. A partir de uma leitura gramsciana, infere-se que Maquiavel discorre em sua obra justamente a respeito daquilo que Gramsci concebe como hegemonia.

O intelectual concebe a ideologia como algo intrínseco à vida histórica, política e social de uma classe, com raízes profundas na estrutura do sistema capitalista, e orientada para um fim pragmático, seja ele revolucionário, liberal ou conservador. A ideologia implicaria objetivos políticos que estariam articulados a um projeto de sociedade pertencente a uma classe social, a do proletariado e a da burguesia (GRAMSCI, 2017/1937).

4. IDEOLOGIA: UMA VISÃO LUKÁCSIANA

4.1 A CONSCIÊNCIA DE CLASSE E A IDEOLOGIA

Ao retomar a premissa fundamental do materialismo, Lukács (2003/1923, p. 94) reitera: “Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência.” Essa concepção remete à ideia de que a consciência do proletariado surge da sua própria condição sócio-histórica de classe operária, e não o contrário.

“O caminho da consciência no processo histórico não se aplaina, pelo contrário, torna-se sempre mais árduo e apela a uma responsabilidade sempre maior. A função do marxismo ortodoxo – a superação do revisionismo e do utopismo – não é, portanto, uma liquidação definitiva de falsas tendências, mas uma luta incessantemente renovada contra a influência perversora das formas de pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado (LUKÁCS, 2003/1923, p. 104).”

A consciência de classe possibilitou uma nova forma de significado da luta social, que é o sentido da luta ideológica “pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade (LUKÁCS, 2003/1923, p. 156).” Assim, fica claro o objetivo do processo marxista revolucionário do proletariado, que só pode ser conquistado por meio da consciência de classe. O objetivo diz respeito justamente à dissolução do caráter classista na sociedade, tal qual Lukács (2003/1923) nos elucida na passagem acima, uma vez que a origem da opressão e exploração capitalistas seria, em um primeiro momento, a divisão em classes que rege a organização social.

Os fenômenos da mais-valia e do fetichismo da mercadoria seriam exemplos de instrumentos ideológicos burgueses que possuem como finalidade a distorção da relação de trabalho entre proletariado e burguesia, de forma a reificar o modo de produção capitalista (LUKÁCS, 2003/1923). A consequência efetiva do exercício desses instrumentos é, assim, a exclusão da condição de humanidade do próprio ser humano, ao neutralizar e mecanizar as relações dos homens entre si e com os objetos reais (LUKÁCS, 2003/1923).

Lukács (2003/1923) aponta para uma contradição teórica e pragmática da ideologia burguesa. Ele discorre a respeito da importância concedida, por parte da burguesia, à individualidade, ao mesmo tempo em que aniquila toda essa individualidade “por meio das condições econômicas desse individualismo, da reificação criada pela produção de mercadorias (LUKÁCS, 2003/1923, p. 161).” Entende-se, assim, que essa contradição é uma ação ideológica, cuja finalidade é invisibilizar e escamotear a luta de classes.

O filósofo fornece um exemplo de concepções ideológicas diversas acerca de um mesmo fato social², levando em conta a noção de que ambas as classes compreendem, em algum nível, a essência da sociedade capitalista (LUKÁCS, 2003/1923). A compreensão dessa essência, correlacionada com a união entre teoria e práxis, é o que irá possibilitar, para Lukács (2003/1923), a consciência de classe do proletariado. “Para o proletariado, sua ideologia não é uma ‘bandeira’ de luta, nem um pretexto para as próprias finalidades, mas é a finalidade e a arma por excelência (LUKÁCS, 2003/1923, p. 174).” O autor afirma que apenas a maturidade ideológica poderia permitir a consciência da própria situação de classe por parte do proletariado.

5 COMPARAÇÃO TEÓRICA ENTRE GRAMSCI E LUKÁCS: O CONCEITO DE IDEOLOGIA

A partir das ideias desenvolvidas nas obras de Gramsci e Lukács, é possível compreender que a estrutura reificada da consciência, concepção pertencente à visão lukácsiana, seria uma forma de manter a hegemonia, conceito gramsciano, do sistema político capitalista. É possível inferir que a categoria hegemônica é, portanto, um aparato ideológico da burguesia, cuja finalidade é invisibilizar as relações humanas no meio de produção econômica. Os autores desenvolveram conceitos de suma importância para a compreensão da ideologia no campo acadêmico e marxista; Lukács, ao desenvolver sua ideia acerca da consciência de classe e associá-la à luta ideológica do proletariado, e Gramsci, ao discorrer a respeito dos processos hegemônicos que instauram e legitimam a ordem ideológica burguesa na sociedade.

Ambos possuem forte perspectiva historicista em suas obras, isto é, estabelecem como critério de verdade a história na qual está inserido o termo ideologia (EAGLETON, 1997). No momento em que Lukács discorre a respeito das diferenças estruturais entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas, é possível perceber o caráter historicista que circunda a sua teoria, uma vez que o autor utilizará tal exposição para explicitar os motivos pelos quais a categoria hegemônica tornou-se necessidade do capital. Segundo Lukács (2003/1923, p. 148), a hegemonia da burguesia constitui uma “[...] ordem social em que a estratificação da sociedade tende à pura estratificação em classes”.

Nesse sentido, ao discorrer a respeito das diferenças estruturais entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas, o intelectual sinaliza o surgimento da necessidade, no sistema do capital, de se criar um instrumento que garanta coesão econômica na sociedade, a hegemonia. As sociedades pré-capitalistas são caracterizadas por certa ausência de coerência econômica, já que as atividades independem do Estado, diferentemente do que ocorre nas sociedades capitalistas (LUKÁCS, 2003/1923). A categoria hegemônica, assim, exerce um papel coesivo sobre essas práticas econômicas ao atrelá-las, essencialmente, ao funcionamento do Estado, de forma a torná-las dependentes da própria dominação burguesa. Gramsci (2017/1937) define o Estado como uma estrutura política que atua em prol da burguesia, funcionando, assim, como um aparelho garantidor da força hegemônica na sociedade capitalista.

Tanto Gramsci quanto Lukács trazem a ideia de uma transição da consciência “empírica” da classe operária para uma consciência “possível” (EAGLETON, 1997). Isto teria relação com a necessidade de elaboração, por parte do proletariado, de “[...] princípios potencialmente criativos implícitos na compreensão prática dos oprimidos (EAGLETON, 1997, p. 110).” Segundo Gramsci, essa transição deveria ocorrer através dos intelectuais “orgânicos”, pois “eles são produtos de uma classe social emergente, e seu papel é emprestar a essa classe alguma autoconsciência homogênea nos campos cultural, político e econômico (EAGLETON, 1997, p. 110).” O papel desse intelectual seria unir prática e teoria, buscando dar coesão ao movimento revolucionário.

Por fim, em contraposição à teoria lukácsiana, Gramsci enriquece o debate teórico ao expandir o que seria a noção de ideologia para o campo da categoria hegemônica. Cabe ressaltar que os dois termos, ainda que diferentes, se confundem em razão de sua proximidade conceitual. É nesse sentido que Peixoto et al. (2018) apontam que a ideologia estaria inserida nas formas simbólicas da hegemonia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo ideologia possui um amplo espectro de significados históricos, desde o sentido de determinação social do pensamento, até a noção de falsidade elaborada com base em interesses da classe dominante. Também

² Segundo o sociólogo Émile Durkheim (2004/1895), um fato social diz respeito a um conjunto de formas de pensar, agir e sentir vividas pela coletividade em uma determinada sociedade.

está relacionado aos discursos e fins políticos a que eles se propõem. É possível apreender o fato de que a ideologia está inserida nas entrelinhas do discurso político, o qual está dotado de interesses a fins práticos e que, portanto, terá impactos nas mais diversas áreas da vida dos cidadãos, como no âmbito econômico, social, cultural e histórico.

A partir da exposição das ideias dos autores marxistas, infere-se que o termo ideologia possui relevância histórica no que concerne a sua função enquanto mantenedora das forças hegemônicas presentes na organização política e social da estrutura do capital. Ao longo da história, o marxismo apropriou-se do termo para aferir um perfil conceitual da ideologia que lhe assegurasse, em uma perspectiva crítica, a sua posição no que diz respeito à sustentação da própria estrutura capitalista. Cabe realizar a ressalva de que, tal qual Eagleton pontua em sua obra acerca da história da ideologia, a operacionalização prática desse termo não é exclusiva da classe burguesa. Entretanto, é evidente que o papel ideológico no capitalismo deverá ser estudado e averiguado de forma mais contundente, já que esse é o modo pelo qual as relações sociais e a própria estrutura política na pós modernidade são, em quase toda a sua totalidade, regidas.

Alinhado aos fatos expostos, evidencia-se a relevância do estudo acadêmico acerca da perspectiva teórica que circunscreve o conceito de ideologia. Este termo está presente em diversos formatos na sociedade capitalista pós-moderna, seja nos debates públicos, seja na estrutura econômica e política do capital. Dessa maneira, faz-se necessário o prosseguimento nos estudos científicos no tocante ao tema, de modo a aprofundar a compreensão teórica a respeito das inúmeras manifestações ideológicas do capitalismo dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI.

REFERÊNCIAS

BLOG DA BOITEMPO. **Você conhece Antonio Gramsci**. São Paulo, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/12/08/voce-conhece-antonio-gramsci/>.

BLOG DA BOITEMPO. **Para conhecer György Lukács**. São Paulo, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/04/13/para-conhecer-gyorgy-lukacs/>. Acesso em: 19 maio. 2023.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução: Eduardo Nogueira. 9. ed. Lisboa: Presença, 2004/1895. 168 p. v. 1.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução**. Tradução Luis Carlos Vieira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1997. 205 p. v. 1. ISBN 85-7139-148-3.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. 354 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução Luiz Henriques; Marco Nogueira; Carlos Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017/1937. 467 p. v. 3.

(1) HEIDEGGER, Martin. "Logos=linguagem ontológica da vida". In: CASTRO, Manuel Antonio de. **Dicionário de Poética e Pensamento**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <http://www.dicpoetica.lettras.ufrj.br/index.php/Idea>.

(1) LEÃO, Emmanuel Carneiro. "Idea=doação de ser". In: CASTRO, Manuel Antonio de. **Dicionário de Poética e Pensamento**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Disponível em: <http://www.dicpoetica.lettras.ufrj.br/index.php/Idea>.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodney Nascimento. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003/1923. 598 p. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007/1932. 616 p. ISBN 05-3365.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010/1927. 175 p. v. 1. ISBN 978-85-7559-151-2.

MICHAELIS, Carolina. MICHAELIS, Henriette. **Dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. 2015.

PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves; ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Ruberval. **O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 18, n. 1, p. 215-233, jan/abril 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180112-5917>. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/ld/a/59TxbgTcXxLZdS8NZxLRYDd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2023.

RICOEUR, Paul. **A crise da consciência histórica e a Europa**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 1, n. 33, p. 87-188, 21 jan. 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/ln/a/BtYkf9xC8RWV5wgssMvG3YD/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2023.

SLEMIAN, Andréa. *In*: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (Orgs.). **Soberania e Conflito**: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. cap. Um império entre repúblicas: independência e construção de uma legitimidade para a monarquia constitucional no Brasil (1822-1834), p. 121-148. ISBN 978-85-7970-034-7.